



Ata de Reunião ordinária Comitê de Investimentos

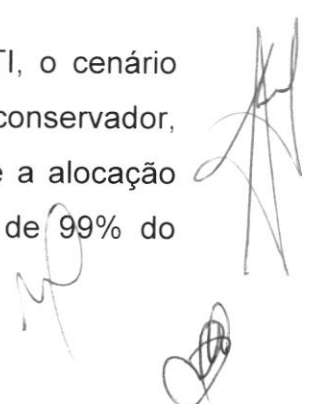
REUNIÃO N.º 12/2026
ASSUNTO: Pagamento de NTNBS, fundos vértice e FINACAP e outros
DATA 19 de agosto de 2026
HORÁRIO 8 hs 30 minutos
LOCAL: CAPSIRATI
DOCUMENTOS ANALISADOS: Relatórios de Investimentos, Rentabilidade e Risco de Mercado (Lema Assessoria – Maio/2026), parecer sobre investimentos, ALM e Relatório de lastro.
PAUTA: 1. Análise do Cenário Macroeconômico e de Mercado; Apresentação da carteira de investimentos do CAPSIRATI do mês junho julho e agosto de 2026, desempenho, cenário econômico e os investimentos. Folha de pagamento, Análise do parecer da LEMA para aplicação de recursos sobretudo do pagamento de NTNBS 2026 e amortização e fundo vértice 2026, ALM e relatório de lastro.
PARTICIPANTES DA REUNIÃO Rozenilda Romaniw Bárbara, José Fernando dos Anjos. Antonio Sidnei Martins

Aos dezenove dias do mês agosto de dois mil e vinte e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Investimentos do CAPSIRATI. Inicialmente registra-se que no mês de julho de 2026 não houve reunião em função da ausência da superintendente por motivos de estudos, sendo que os relatórios a serem analisados no mês de julho, compõe a presente ata.

Com relação ao cenário macroeconômico, os meses de julho e agosto de 2026 consolidaram um ambiente de transição e reajuste de expectativas nos mercados financeiro e de capitais, impactado pela acomodação de indicadores de atividade econômica global e por sinalizações firmes das autoridades monetárias centrais. Diante de núcleos de inflação ainda resilientes no exterior, as principais economias mantiveram discursos cautelosos, influenciando os

fluxos de capital direcionados a mercados emergentes. No cenário doméstico, as expectativas inflacionárias passaram por um período de acompanhamento, com o IPCA de julho de 2026 registrando variação contida de 0,07%, mas com a inflação de serviços e as pressões fiscais — intensificadas pelo calendário eleitoral — mantendo o alerta nos modelos de projeção. Como reflexo, as projeções do Relatório Focus para o encerramento do IPCA em 2026 mantiveram-se em patamar pressionado, fixando-se na mediana de 4,92%, operando perto do limite superior das metas. Em resposta a esse quadro e ao início do processo de desinflação, o Copom consolidou a transição em sua política monetária, promovendo um ajuste técnico que reduziu a taxa Selic para o patamar de 13,75% ao ano, sinalizando uma flexibilização gradual e condicionada à evolução fiscal. No cenário cambial, o dólar norte-americano operou em patamar de estabilidade projetada, com o mercado mantendo a estimativa de fechamento do ano fixada em R\$ 5,20, sustentado pelo elevado diferencial de juros interno. Por fim, a atividade econômica doméstica passou a demonstrar sinais de perda e acomodação do ritmo de crescimento, levando o mercado financeiro a reajustar sutilmente as projeções de expansão do PIB anual para o patamar de 1,88%, reflexo do mercado de trabalho estável e do arrefecimento da demanda agregada. Quanto a Análise do Cenário Macroeconômico e Correlação Estratégica: o panorama econômico global e doméstico, fundamentando as decisões de alocação do CAPSIRATI neste bimestre. No âmbito internacional, destacou-se a postura firme (*hawkish*) adotada pelo comitê do Federal Reserve (Fed) nos Estados Unidos, que reiterou a necessidade de manter as taxas de juros em patamares elevados por um período prolongado para assegurar a convergência inflacionária, gerando episódios de volatilidade internacional nas bolsas e commodities. No cenário doméstico, apontou-se que, apesar do início do ciclo de cortes graduais na taxa Selic pelo Banco Central, o patamar terminal de juros e a inflação projetada exigem o monitoramento contínuo das curvas de juros futuras e das metas fiscais do governo central.

Em correlação com a estratégia de investimentos do CAPSIRATI, o cenário requer prudência contínua e embasa a manutenção de um perfil conservador, defensivo e blindado na carteira do CAPSIRATI. Detalhou-se que a alocação maciça e majoritária em Renda Fixa — superando o patamar de 99% do



patrimônio líquido do RPPS, com destaque para os fundos indexados ao CDI, carteira administrada de títulos públicos federais (NTN-B) e ativos focados em liquidez imediata e curto prazo (IRF-M 1) — demonstrou adequada para o cenário. Essa alocação permitiu capturar taxas reais de juros elevadas e auferir gaps positivos em relação à meta atuarial no período, ao mesmo tempo em que protegeu integralmente o patrimônio da autarquia contra as fortes oscilações e depreciações que afetaram os mercados de risco, como o segmento acionário e de fundos imobiliários. A estratégia executada está aderente e justificada perante esse contexto macroeconômico de incerteza fiscal e transição monetária, garantindo a segurança, a liquidez e a solvência necessárias para o cumprimento das obrigações previdenciárias do CAPSIRATI.

Outro tópico da reunião foi sobre o desembolso das folhas de pagamento de junho e julho/2026. No mês de junho de 2026, a folha bruta fixou-se em R\$ 3.022.341,59, registrando uma variação nominal marginal de +0,53% (acréscimo de R\$ 15.948,08) em relação ao mês anterior. Esse comportamento foi plenamente justificado pela evolução vegetativa da folha, com a entrada líquida de 04 novos beneficiários, totalizando 678 segurados processados. O fechamento financeiro de junho consolidou as retenções obrigatórias de R\$ 146.398,91 a título de Previdência Própria (Cód. 167) e R\$ 149.382,83 de Imposto de Renda Retido na Fonte (Cód. 169), além do registro específico de R\$ 303,14 (Cód. 212 - Capsirati 13º Salário), resultando em um desembolso líquido bancário de R\$ 2.333.101,94.

Na sequência, foi exposto o comportamento da folha do mês de julho de 2026, período no qual a despesa bruta consolidada da autarquia registrou um salto extraordinário e programado para R\$ 4.530.332,35, representando um acréscimo de R\$ 1.507.990,76 frente ao mês de junho. Esclareceu-se que este incremento decorreu da emissão e liquidação simultânea de duas folhas de pagamento: a folha mensal regular (tipo 1), no valor de R\$ 3.033.315,67 que preservou a estabilidade orçamentária ao oscilar apenas +0,36% com a inclusão de 02 novos beneficiários (atingindo 680 segurados), e a folha extraordinária de adiantamento da primeira parcela do 13º salário (tipo 4), que demandou um aporte bruto de R\$ 1.497.016,68 para contemplar 676 beneficiários aptos. O fechamento unificado de julho demonstrou que as retenções de contribuição previdenciária foi de (R\$ 147.673,67) e de IRRF (R\$ 150.627,44) incidiram



somente sobre a folha regular. O desembolso líquido da folha foi de R\$ 3.832.748,94

Evolução da Execução Orçamentária e Balanço dos Períodos de Junho e Julho:

Dando estrito cumprimento às diretrizes do Pró-Gestão, o Comitê realizou a avaliação técnica dos relatórios contábeis oficiais enviados pela Contabilidade:

Fechamento de Junho/2026: O Comitê analisou o Demonstrativo do Balanço Orçamentário oficial do encerramento de junho de 2026, registrando que as receitas acumuladas desde o início do exercício atingiram o montante de R\$ 23.275.532,10. Pelo lado das despesas acumuladas somaram R\$ 18.519.878,49, consolidando um Superávit Orçamentário acumulado de R\$ 4.755.653,61 ao final do primeiro semestre.

Fechamento de Julho/2026: foi avaliado o Balanço Orçamentário oficial relativo ao encerramento de julho de 2026, constatando-se que as receitas acumuladas expandiram para R\$ 27.601.015,93. As despesas acumuladas no período fixaram-se em R\$ 23.090.767,63, resultando em um Superávit Orçamentário consolidado acumulado de R\$ 4.510.248,30. Os dados atestam o contínuo equilíbrio orçamentário da autarquia previdenciária.

Dados Atualizados e Monitoramento dos Fluxos de Caixa Bimestrais:

Visando ao monitoramento ativo de liquidez exigido pela auditoria do programa, o Comitê avaliou as movimentações financeiras executadas nos meses que segue:

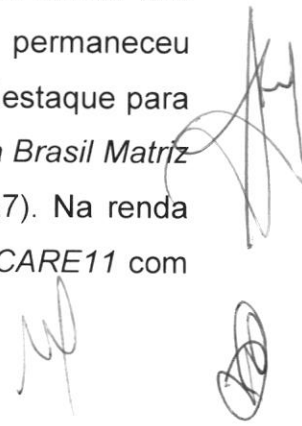
Fluxo de Caixa de Junho/2026: Apurou-se que as receitas do mês somaram R\$ 908.566,23, compostas por R\$ 12.383,63 de contribuições de servidores ativos, R\$ 591.979,81 de contribuição patronal, R\$ 139.534,22 de inativos, R\$ 7.167,83 de pensionistas, R\$ 106.440,90 de parcelamentos patronais e R\$ 51.059,84 de Receitas de Compensação Previdenciária (COMPREV). Em contrapartida, as despesas do mês somaram R\$ 3.035.383,85, absorvidas pelo pagamento de R\$ 2.659.936,49 em aposentadorias, R\$ 362.405,10 em pensões e R\$ 13.042,26 em despesas de COMPREV. Registrou-se um déficit operacional de -R\$ 2.126.817,62, suportado integralmente pelo resgate programado junto ao fundo Caixa Brasil Matriz, conforme planejado na ata anterior.

Fluxo de Caixa de Julho/2026: Apurou-se que as receitas do mês somaram R\$ 2.706.875,05, compostas por R\$ 1.590.701,40 de contribuições de servidores

ativos, R\$ 806.829,43 de contribuição patronal ordinária, R\$ 140.900,15 de inativos, R\$ 6.773,52 de pensionistas, R\$ 2.800,86 de sentenças judiciais, R\$ 107.809,85 de parcelamentos e R\$ 51.059,84 de COMPREV. Pelo lado das saídas, o desembolso totalizou R\$ 4.543.374,61 devido ao pagamento simultâneo das duas folhas, sendo R\$ 4.002.436,15 em aposentadorias, R\$ 527.896,20 em pensões e R\$ 13.042,26 em despesas de COMPREV. A dinâmica gerou um déficit operacional mensal de -R\$ 1.836.499,56, amortecido integralmente pelos rendimentos patrimoniais de R\$ 1.598.098,14 auferidos no período e pela liquidez de curto prazo mantida na carteira. O Comitê registrou que a manutenção de mais de 75% da carteira em ativos pós-fixados e fundos soberanos com conversão imediata (D+0) foi a diretriz para mitigar os déficits operacionais deste bimestre e manter o pagamento das folhas salariais sem incorrer em perdas patrimoniais.

Outro ponto discutido na reunião foi sobre os relatórios de investimentos dos meses de junho e julho de 2026, referente aos Pareceres Técnicos dos Relatórios Mensais de Investimentos do bimestre. Em junho de 2026, a carteira encerrou com R\$ 165.264.588,85, alcançando rentabilidade global de 0,95%. O resultado superou a meta referencial de 0,62%, gerando um gap positivo de +0,33 p.p., acumulando 6,68% no ano. Esse desempenho foi garantido pela alocação em Renda Fixa e Liquidez (99,08% da carteira, totalizando R\$ 163.223.225,15), com destaque para os saldos no *BB IRF-M 1 TP FIC RF* (R\$ 31.080.135,89), *FI Caixa Brasil Matriz* (R\$ 19.307.569,21) e em *Títulos Públicos (NTN-B)* no montante de R\$ 64.484.441,92. No segmento de risco, o fundo *Finacap Ações* recuou -1,43% (R\$ 1.260.624,69) e o *FII CARE11* registrou saldo de R\$ 257.596,78, classificado formalmente como "Desenquadrado" (0,16% da carteira).

Em julho de 2026, o Patrimônio Líquido expandiu-se para R\$ 166.754.262,09. A carteira alcançou rentabilidade ponderada de 1,00%, registrando um sutil gap de -0,04 p.p. frente à meta de 1,04%, mantendo-se, contudo, bem acima dos parâmetros atuariais no acumulado do ano. A alocação permaneceu concentrada na Renda Fixa Soberana de liquidez imediata, com destaque para os saldos no *BB IRF-M 1 TP FIC RF* (R\$ 30.209.358,65), *FI Caixa Brasil Matriz* (R\$ 21.404.027,50) e *BB Perfil FIC RF Ref DI* (R\$ 16.837.485,27). Na renda variável, o fundo *Finacap* encerrou com R\$ 1.278.919,88 e o *FII CARE11* com



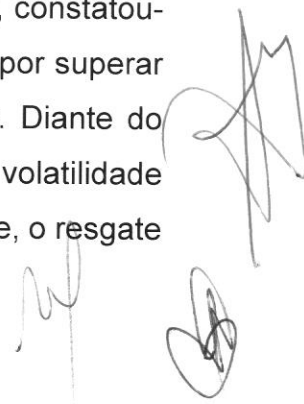
R\$ 264.796,69, permanecendo isolado como ativo "Desenquadrado" (0,16% da carteira).

Na sequência foram apresentados os relatórios de riscos dos meses de junho e julho de 2026, extraídos dos relatórios da Lema consultoria, sendo o que segue: No mês de junho de 2026, os indicadores apontaram para a estabilização estatística da carteira na transição de semestres. O *Value at Risk* (VaR) Mensal fixou-se em 0,88%, refletindo o estrito controle do risco de perda potencial máxima, enquanto a volatilidade mensal posicionou-se em 0,94%, permanecendo confortavelmente abaixo da média histórica de 12 meses (1,34%). O Índice Sharpe registrou melhora gradual ao passar para -0,85 [8] (ante -1,30 em maio), e o *Drawdown* mensal contraiu positivamente para 0,01%, ratificando a alta eficácia da alocação na preservação do patrimônio líquido. No mês de julho de 2026, os relatórios consolidaram um cenário de forte recuperação e estabilização estatística do portfólio. O VaR recuou de forma favorável para 0,84%, e a volatilidade diária caiu para 0,87%, indicando menor dispersão dos retornos. O Índice Sharpe apresentou expressivo avanço ao atingir -0,15, aproximando-se da neutralidade, e o *Drawdown* mensal retornou ao patamar zerado (0,00%), eliminando perdas nominais de curto prazo. Em relação ao monitoramento do ativo FII CARE11, que representa uma parcela marginal de 0,16% da carteira total (saldo provisionado de R\$ 264.796,69) e permanece formalmente classificado como "Desenquadrado", a comissão tomou ciência das medidas operacionais adotadas em bloco com outros RPPS. Em junho, a gestora Zion incluiu na ordem do dia, matérias para a reorganização estrutural do fundo para sanar as pendências de auditoria. Já em julho, avançou-se para a fase de análise jurídica minuciosa dos editais de convocação da Assembleia Geral de Cotistas (AGC), mantendo-se a exigência intransigente de regularização das demonstrações financeiras atrasadas junto à administradora Mérito DTVM. A recomendação técnica é de manter o direcionamento estratégico focado em Renda Fixa de alta liquidez e crédito soberano (títulos públicos), garantindo a perfeita solvência do CAPSIRATI. Com relação aos investimentos, o CAPSIRATI recebeu o pagamento dos juros de cupons das NTNbs pares e pagamento integral das NTNbs 2026 totalizando um valor de R\$ 2.610.507,38. Através de ofício para BTG, foi feita a solicitação de envio dos recursos nas contas do CAPSIRATI junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica

Federal, ainda o CAPSIRATI recebeu os recursos do fundo vértice junto ao Banco do Brasil no valor aproximado de R\$ 142.799,38. Paralelamente, foi solicitada uma análise para Lema consultoria para que pudesse avaliar os fundos junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica para que o CAPSIRATI realizasse os investimentos dentro dos critérios da política de investimentos e resolução. Assim foi deliberado o que segue:

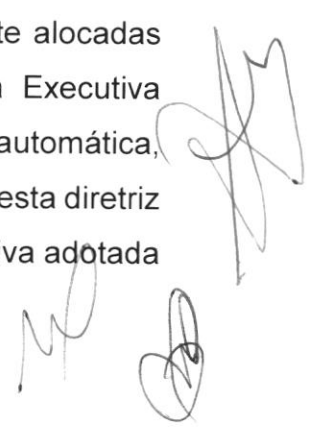
Das deliberações do comitê

1. SOBRE O ENCERRAMENTO DO FUNDO BB VÉRTICE 2026 E DIRECIONAMENTO DE RECURSOS: A Superintendente apresentou a recomendação da consultoria LEMA sobre o fim da carência e encerramento do fundo *BB Previdenciário RF TP Vértice 2026*. A consultoria destacou a viabilidade dos fundos de vértice na aquisição de NTN-Bs com taxas reais atrativas acima de IPCA + 7,00% a.a., mas alertou sobre as restrições de liquidez. Por prudência e visando prazos mais curtos, o Comitê aprovou por unanimidade o resgate total dos recursos e sua realocação para o fundo BB RF TP Vértice Esp 2027 (CNPJ: 49.964.637/0001-97). Como fundamentação, a compra desse vértice, é de prazo curto, um valor considerado baixo, e que o CAPSIRATI tem condições de manter até o final do vencimento, os juros a receber deste ativo estão acima da meta atuarial e portanto atrativos para o CAPSIRATI. Ainda em cumprimento à Portaria MTP nº 1.467/2022, determinou-se a assinatura do "Atestado de Compatibilidade com as Obrigações Presentes e Futuras", garantindo que o CAPSIRATI manterá o investimento até o vencimento em agosto de 2027, sem prejuízo ao fluxo de caixa e ao pagamento das folhas de benefício.
2. SOBRE O RESGATE DE RECURSOS DO FUNDO FINACAP MAURITSSTAD AÇÕES: A Presidência submeteu à comissão a análise técnica da consultoria LEMA acerca da viabilidade de resgate do *Finacap Mauritsstad Ações*. Foi exposto que o fundo apresentou rentabilidade acumulada inferior ao seu benchmark (Ibovespa) nas janelas de curto e médio prazo, além de Índices Sharpe negativos. Adicionalmente, constatou-se que o fundo encontra-se desenquadrado para novos aportes por superar o limite regulatório de 50% de participação conjunta de RPPS. Diante do cenário de juros elevados que favorece a renda fixa e da alta volatilidade histórica da bolsa, o Comitê deliberou e aprovou, por unanimidade, o resgate



total dos recursos alocados no fundo Finacap, salientando que o resgate é com saldo positivo, superior ao valor investido e portanto, a movimentação não implica a realização de perdas, visto que o fundo acumula resultado positivo desde a aplicação. Por fim, determinou-se que os valores correspondentes sejam direcionados para estratégias mais conservadoras de renda fixa, especificamente os fundos *BB IRF-M 1 TP FIC RF* e *Caixa Aliança TP FI RF*.

3. SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE VENCIMENTOS E CUPONS DE NTN-BS: A comissão apreciou o parecer técnico da consultoria LEMA quanto à destinação dos recursos disponíveis, oriundos do vencimento de Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs 2026) e de seus respectivos cupons regulamentares. Visando à mitigação de volatilidade e à manutenção de uma sólida governança de liquidez, o Comitê aprovou por unanimidade a alocação total de aproximadamente R\$ 2.610.507,40. Conforme detalhado no plano de movimentação, a maior parcela, deve ser foi direcionada ao fundo *BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID* (CNPJ: 11.328.882/0001-35), ativo de baixa volatilidade alinhado ao indexador de curto prazo. O valor remanescente de R\$ 19.531,81 deve ser aplicado no fundo *Caixa Aliança TP FI RF* (CNPJ: 05.164.358/0001-73), assegurando rentabilidade próxima ao CDI com liquidez imediata, em perfeita aderência aos parâmetros da Resolução CMN nº 5.272/2025, política de investimentos.
4. SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE DIRECIONAMENTO E ALOCAÇÃO AUTOMÁTICA DE DISPONIBILIDADES EM CONTA: Por fim, com o objetivo de otimizar a gestão de caixa e garantir a eficiência na rentabilidade dos recursos correntes, o Comitê de Investimentos deliberou e aprovou por unanimidade que todas as disponibilidades financeiras ingressadas nas contas correntes do CAPSIRATI— oriundas de compensação previdenciária (*COMPREV*), repasses ordinários de aportes patronais e dos servidores, ou recebimentos de termos de parcelamentos ativos, a medida que se façam os pagamentos obrigatórios pelo regime — sejam preferencialmente alocadas no fundo *BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID*. Fica a Diretoria Executiva formalmente autorizada a realizar tais movimentações de forma automática, evitando a ociosidade de saldos em conta. O Comitê ratificou que esta diretriz operacional guarda perfeita consonância com a estratégia defensiva adotada



e valida integralmente as aplicações e movimentações de liquidez executadas sob este mesmo critério ao longo dos meses anteriores.

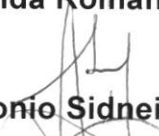
5. Sobre os documentos de ALM e relatório de lastros. A Lema assessoria entregou os documentos de ALM e Relatório de Lastros que serão discutidos em reunião conjunta dos Conselhos administrativo e fiscal.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar o Comitê declarou encerrada a reunião, da qual eu, na qualidade de membro, lavrei a presente ata que, após lida e considerada conforme em todos os seus termos, segue assinada pelos membros presentes e encaminhada para publicação legal.

Irati (PR) 19 de agosto de 2026.



Rozenilda Romaniw Bárbara



Antonio Sidnei Martins



Fernando José dos Anjos